

Vozes Insurgentes: das experiências de gênero vividas por travestis e transexuais

- Samira de Moraes Maia Viganò
- Gabriela da Silva
- Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

RESUMO

Neste artigo buscamos problematizar as (trans)trajetórias de vida e escolarização com base nas experiências vividas de travestis e transexuais. O objetivo é compreender os significados na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências vividas. Circunscreve-se em relatos diversos que em um movimento do pensar se inflexiona ao processo dialético de reflexão-ação crítica das estruturas opressivas, desiguais e injustas. Dialoga-se com Berenice Bento, Conceição Evaristo, Judith Butler e Patrícia Hill Collins. Trata-se de uma pesquisa de perspectiva qualitativa, com foco nas análises de contextos expressos nas produções escritas - entendidas como escrituras das partícipes. Como resultados as autoras-pesquisadoras situam que tiveram que enfrentar o (CIS)tema de subordinação, de inferiorização e de indiferença e buscam no cotidiano estratégias de transgressão, de resistência e de empoderamento.

Palavras-chave

Pertencimento. Travestis e Transexuais. Experiência vivida. Escrituras.

INSURGENT VOICES: GENDER EXPERIENCES LIVED BY TRANVESTITES AND TRANSSEXUALS

ABSTRACT

In this production of knowledge, we seek to problematize the (trans)trajectories of life and schooling based on the lived experiences of transvestites and transsexuals. The objective is to understand the meanings in the daily lives of transvestites and transsexuals based on their lived experiences. It is circumscribed in different reports that, in a movement of thinking, are influenced by the dialectical process of critical reflection-action of oppressive, unequal and unjust structures. Dialogue with Berenice Bento, Conceição Evaristo, Judith Butler and Patrícia Hill Collins. This is research from a qualitative perspective, focusing on the analysis of contexts expressed in written productions - understood as the participants' writings. As a result, the author-researchers state that they had to face the (CIS) theme of subordination, inferiorization and indifference and seek strategies of transgression, resistance and empowerment in their daily lives.

Keywords

Belonging. Transvestites and Transsexuals. Lived experience. Writings.

Introdução

Procuramos dialogar com leitores a partir de uma experiência de cosmopercepção de mundo e das múltiplas vivências da travestilidade, considerando trajetórias de vida e escolarização, que emergem da partilha de uma coletividade marginalizada e violentada. Descrever histórias sobre a vida, as experiências, os sentimentos, os sonhos, as esperanças e as indignações constituem um ato político transgressivo de emancipação e libertação, uma ação-reflexão que implica uma transformação.

Vivenciar as diferenças identitárias é algo que está cada vez mais em discussão, por diversos fatores, seja pela criação de políticas públicas, seja pelo respeito que cada ser humano necessita para viver com dignidade e seja pelo debate político e filosófico que se incorpora a tais conceitos. Assim, é mister trazeremos esse enfoque para o meio acadêmico, incorporando como conceito mediador a experiência de gênero vivida por pessoas que se autodefinem travestis e transexuais. Tais experiências são consideradas como uma das possibilidades de autodefinição da identidade de si, e que constituem os múltiplos saberes experienciados a partir de cada sujeito, pouco reconhecidos, em que denominamos como vozes insurgentes.

Esse artigo baseia-se em uma pesquisa de doutoramento em Educação, em que se unem as experiências vividas pelas autoras, juntamente com o levantamento de dados dimensionada nas análises junto a quatro participantes-autoras¹. Desse modo, procuramos dialogar com leitores a partir da cosmopercepção² de mundo e das múltiplas vivências transitadas, ao considerar as trajetórias de vida, de escolarização, e demais experiências individuais, as quais transbordam a partir de uma partilha identitária, coletividade, marginalizada e violentada. Em relação à autodefinição relacionada com as sujeitas da pesquisa, destacamos o que observa Patrícia Hill Collins (2021, p. 16) “a responsabilidade para definição da realidade de cada um cabe, sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências”, nesse mesmo viés, emerge o conceito de autodeterminação.

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (Nascimento, 2021, p. 107).

¹ A pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética com parecer de autorização da realização da pesquisa em dezembro de 2020.

² Tomamos de empréstimo esse termo, pensado pelo feminismo decolonial, para ressignificar uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais, nesse caso específico, os de travestis e transexuais. Que constrói sua cultura com base em suas experiências vividas de resistências sobrevivências.



Assim sendo, partimos de um processo de escrita que se embasa nas histórias sobre a vida, as experiências, os sentimentos, os sonhos, as esperanças e as indignações das partícipes, constituindo em um ato político transgressivo de emancipação, libertação e empoderamento. Essa ação-reflexão implica em uma transformação de que:

[...] a noção binária de masculinidade/feminilidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (Butler, 2016, p. 22).

Destarte, cabe-nos considerar que o objetivo aqui se empreende em compreender os significados na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências. Consideramos, assim, as inflexões teóricas, políticas e de vivências que contribuíram para uma transleitura³ de mundo, entendemos que são mais que palavras escritas, são expressões de experiências vividas na prática, teorias vivas, que transitam nas travestilidades. Retratamos, nesse viés, como uma intersecção mergulhada nas experiências políticas e práticas advindas do pensamento feminista, transfeminista, que reflete e marcam epistemologias, saberes que se atravessam, oferecendo ferramentas analíticas. Tais olhares nos permite assumir a identidade na qual produzimos um pensamento investigativo crítico sobre experiências de opressão, dominação e subalternidade de pessoas travestis e transexuais, que historicamente vem reexistindo e sobrevivendo a este (CIS)⁴tema de violências e inferiorização.

Nessa perspectiva o conhecimento situado com base nas experiências vividas possibilita questionar e teorizar os saberes a partir do reconhecimento da própria identidade de gênero, e que não correspondem ao pensamento dominante (CIS)heteronormativo⁵ sobre gênero. Contudo, propomo-nos a revisitar saberes de uma abordagem decolonial, que rompe com os pressupostos ontológicos binários de sexo/gênero. Sendo assim, compreendemos que as contribuições do pensamento decolonial transfeminista não somente questionam as estruturas sociais e as epistemologias dominantes do que é ser homem e mulher na sociedade, mas transformam os saberes que legitimados hegemonicamente sobre eles.

³ Usamos o sufixo Trans como ideia de transitarmos em espaços de pessoas trans, que se emergem por meio de lutas e se colocam em performances de vidas diversas.

⁴ Utilizaremos o CIS como forma de demarcar os sistemas heteronormatizadores, que enquadram todas as pessoas dentro de uma lógica binária de homem e mulher.

⁵ Parte da norma biológica sexo/gênero e de que há uma essência do ser homem e mulher. Assim, naturalizam essas identidades dentro de uma sistematização histórica e social. Termo utilizado para se referir a homens e mulheres que se autodeclaram a partir do sexo biológico de nascimento.

Intersecções metodológicas

Do ponto de vista metodológico, a construção desse saber situado tem como objetivo compreender os significados que se expressam na vida cotidiana de travestis e transexuais com base em suas experiências em contexto sobre-vivência⁶ enquanto uma identidade divergente. Trata-se de recortes, baseados em uma primeira aproximação, com três das autoras-participantes da pesquisa, que trazem relatos, neles procuramos coletar algumas informações iniciais das dimensões sociais, culturais e identitárias que contribuem para analisar como pensam sobre determinado conceito e como se auto reconhecem e se afirmam.

Através do investimento na conscientização das pessoas e de um trabalho de formação política, é possível considerar as transformações e mudanças que a escolarização pode proporcionar às pessoas.

No caso específico desta produção, olhamos para práticas cotidianas de experiências vividas, trajetórias de vida de travestis e transexuais, bem como suas interseções de gênero, raça, classe e sexualidade, para a “[...] interseccionalidade que valoriza a riqueza as múltiplas identidades que tornam cada indivíduo único” (Collins, 2021, p. 188). Trata-se de um olhar para as identidades nem sempre reconhecidas e visibilizadas nos discursos oficiais, nas epistemologias e ontologias do saber, viver, ser e poder.

Dentro desse contexto, a decolonialidade e as contribuições do pensamento interseccional como ferramenta analítica teórico-metodológica se conectam à compreensão das experiências vividas, tanto os particulares, quanto as de um grupo subalternizado, inferiorizado, marginalizado, patologizado e oprimido socialmente que se organiza para transgredir, subverter e resistir as classificações, abjeções e estereótipos de gênero. Nesse viés, compartilhamos do pensamento de Ribeiro (2017, p. 14), de que “[...] o propósito aqui não é impor uma epistemologia de verdade, mas contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas”.

Para tanto, nos cabe como necessário retratar como os procedimentos metodológicos se inserem nessa escrita.

Para a segunda aproximação com as partícipes da pesquisa, proporcionamos uma atividade a partir da construção de escrita de uma carta-corpo, a qual, não apresentaremos na íntegra, mas retrataremos por meio de descrições e análises. Esse procedimento se refere a uma solicitação às autoras-participantes para escrever uma carta endereçada a elas mesmas, ao seu corpo. Nessa carta-corpo tomamos como emprestado a *Escrevivência* (Evaristo, 2017). Nesse sentido, a *Escrevivência*

⁶ Ao usarmos o termo sobre-vivências, nos aportamos em contextos negligenciados de experiências do viver, considerando quase que heroico o ato de viver e sobreviver sendo LGBTQIA+ no Brasil.

surge como uma alternativa de registro, um documento a ser lido e interpretado. Utilizamos essa proposta de escrita em intersecção com o pensamento de Conceição Evaristo (2017, p. 11), em que, “[...] as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção”.

Por fim, descrevemos que essa pesquisa é de cunho qualitativo, em que sugerimos que as partícipes da pesquisa narrassem as experiências que perpassaram a construção de sua identidade de gênero como única e singular. Ressaltamos a importância dos acontecimentos vividos na infância, na adolescência, nos momentos escolares, na família e em seu círculo de amigas/os.

Práticas e estratégias de sobre(vivências)

[...] A noção binária de masculinidade/feminilidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

(Judith Butler, 2016)

Essa noção binária violenta os corpos que divergem dessa normatização. Ao reconhecerem-se na identidade divergente, inserem-se em um contexto não categorizável pelas epistemologias (CIS)heteronormativas hegemônicas e dominantes, que, na maioria das vezes, invisibilizam corporalidades, identidades e subjetividades outras ao negá-las, silenciá-las, patologizando ou marginalizando as existências. Reafirmar tais identidades de gênero implica não na busca absoluta por uma verdade que as assemelhem, mas por uma concepção de que o outro é diferente de nós. Nesse contexto,

[...] o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se torna impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2016, p. 21).

A reafirmação identitária significa não procurar a origem da identidade de gênero universal, homogênea e dominante, mas as singularidades e particularidades que constituem cada identidade, como processo singular, individual e particular. Em relação à identidade de gênero, que se intersecciona com a identidade de raça, T-Megg Rayara⁷ Gomes de Oliveira (2018, p. 155) afirma que compreende “que a raça, além da identidade de gênero, contribui de maneira efetiva para estruturar as experiências de travestis e mulheres transexuais, já que o racismo acaba sendo um

⁷ Lançaremos mão do uso da letra T maiúscula como forma de demonstrar as teóricas transexuais utilizadas na escrita.

elemento adicional que opera para hierarquizar existências e definir os papéis sociais”. Portanto, há também o marcador de raça, assim como o de identidade de gênero das travestis e transexuais, que possibilita mais desigualdades e discriminações. A identidade de gênero se constitui pelo processo de identificação e de diferenciação em que as normas sociais de gênero que regulam os corpos sexuais, e a identidade de raça constituem-se como determinante para ações de exclusão.

Nesse devir de saber/ser/viver, os percursos históricos da existência e vivência demarcam o quanto os conhecimentos, que vêm de muitos lugares, de muitos encontros, de leituras, diálogos e de ensino e aprendizagem, são importantes para o processo de fortalecimento da identidade por meio do reconhecimento do ser político. Ao refletirmos sobre esse devir de saberes, epistemologias e encontros, dialogamos com Paulo Freire (2011, p. 08), que nos diz que isso:

[...] significa reconhecer o caráter histórico de minha certeza. A historicidade do conhecimento, a sua natureza de processo em permanente devir. Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura. Curiosidade que terminou por se inscrever historicamente na natureza humana e cujos objetos se dão na História como na prática histórica se gestam e se aperfeiçoam os métodos de aproximação aos objetos de que resulta a maior ou menor exatidão dos achados. Métodos sem os quais a curiosidade, tornada epistemológica, não ganharia eficácia.

Enquanto curiosidade epistêmica, o artigo apresenta um estudo em que se propôs a pesquisar e problematizar questões de pertencimento, mas não com a pretensão de ser uma verdade ou mesmo um referencial teórico dogmático, mas sim, reconhecendo que o todo faz parte de um todo social e está que colonizado por conhecimentos estruturados historicamente, sendo um desafio descolonizar e *sulear*⁸ saberes. Trata-se de uma das estratégias pedagógicas se constitui na possibilidade de intervir na consciência crítica em relação ao mundo, por intermédio do investimento na conscientização das pessoas, de um trabalho de formação política, considerando as transformações e mudanças que a escolarização pode possibilitar. Tornamo-nos, assim, conscientes da função social que desempenhamos enquanto pesquisadoras e docentes, na afirmação de nossa posição ética para com os desiguais e os que são deixados à margem.

Contudo, repensar o papel do posicionamento político educativo nos leva a pensar que cada demanda nos constituiu e nos faz ocupar diferentes espaços sociais de luta, organização e engajamento político. Isso se mostra na inserção de cada um de nós nos movimentos, na construção de saberes, nas reflexões da práxis pedagógica, e em um movimento dialético do pensar e agir no mundo em vivências de in/exclusão. As próprias experiências constituem um método de

⁸ Em geral, sempre buscamos nortear nossas pesquisas, mas aqui vamos *sulear*, o que implica em contrapor o caráter ideológico do termo nortear, dando visibilidade à ótica do sul como uma forma de contrariar a lógica eurocêntrica.

investigação crítica que historiciza a compreensão e interpretação de mundo, interseccionada pelas experiências.

Não há como negarmos de que historicamente os saberes apreendidos culturalmente sobre as travestis e transexuais, as colocaram em lugares de subalternidades, e isso refletiu em ações excludentes, que, na maioria das vezes, impossibilitou-as de exercerem seus direitos, no caso aqui dessa escrita, o direito de estudar. Sobre isso, a participante Juliana nos fala que:

Fiquei mais uns anos fora da escola. Ai com algumas pessoas pedindo para eu voltar e eu mesma comecei a pensar no futuro, pensei quem seria de mim aos 35 anos, 40 anos ou 50 anos aí resolvi voltar a estudar. Nesse meio tempo fazia faxina na casa de uma mulher eu trabalhava no CEJA eu hoje eu a tenho como uma “mãe” ou uma super amiga porque ela sempre está no meu lado e sempre me dando conselhos para o bem uma pessoa maravilhosa que eu conheci esses anos atrás, desde que eu voltei a estudar lá em 2010 ou 2011 no CEJA (Juliana, 2023).

As exclusões se perfizeram em vários âmbitos: família, escola e relações sociais, repercutindo em buscas alternativas para sobrevivência. A prostituição acaba por ser uma dessas alternativas. Diante dos muitos trânsitos percorridos nas pistas sobre os saberes do viver nas esquinas, elas se reorganizaram socialmente.

Para muitas travestis e transexuais, a prostituição, colocou a rua como uma pista de empoderamento, possibilitou que elas pudessem realizar muitos trânsitos. A experiência vivida com a prostituição veio se construído historicamente nas identidades como lugar de sobre-vivências e, em uma corporalidade transgressora.

Todo cenário colocado pela imagem de um corpo violentado tem sentidos de acordo com quem observa e é observado. Pode até não significar nada efetivamente relevante para quem despreza aquela identidade social e considera justo, senão natural, a sua marginalização ou extermínio. As populações trans, como as populações negras, passam muito por isso (Jesus, 2014, p. 9).

Assim, uma sociabilidade transvestigênera⁹ é forjada, na qual as sujeitas se acolhem e se reconhecem como pertencentes a um movimento transgressor de corporalidades, identidades e de saberes outros marginais. O termo transvestigênera une, em uma única palavra, as identificações trans, travesti e transgênero, é um neologismo que propõe substituir os termos e ser mais inclusivo.

A resistência e a existência começam muito cedo, como nos lembra a autora participante Bruna A, quando afirma que desde muito cedo já se percebia diferente: aos 10 anos, seu jeito afeminado era visível, inclusive em sua voz que era mais fina, e, como ela afirma: “algo que parecia ser estranho”.

⁹ Termo conduz no reconhecimento de todas as identidades de homens e mulheres transexuais, travestis, pessoas transgêneras, não binárias, pessoas que fogem do CISTema.

Ainda existem no contexto escolar, práticas educativas (trans)excludentes e que são escritas nas páginas de nossas histórias. Mas, há quem subverta o (CIS)tema binário de gênero e transpomos as barreiras estruturais normativas, povoando os espaços colonizadores “normativos” com corpos, histórias, resistências, compreendendo que:

[...] as experiências de trânsito entre gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir (Bento, 2011, p. 551).

Porém elas resistem, como relembra Bruna B, cujas experiências vividas na prostituição foram significativas para sua sobre-vivência, uma experiência vivida de descoberta de si mesma para o mundo, essencial para sua autodefinição de gênero, sexualidade e pertencimento, ao situar que: “comecei minha transição quando passei a tomar hormônios femininos e a fazer sexo por dinheiro” (Bruna B, 2023). Em seu relato nos revela que a ingestão de hormônios foi uma condição para a afirmação de sua identidade de gênero, e, pela prostituição, conseguiu atingir o objetivo de alcançar o corpo desejado e reconhecido.

Tive poucas amizades e acabei saindo da escola. Comecei minha transição quando passei a tomar hormônio feminino e fazer sexo por dinheiro. Logo estava vestida da mulher. Nasci em uma família católica. Continuei morando com minha mãe e meus irmãos. Frequentei a religião evangélica, briguei e sai. Continuei fazendo programa na rua e conheci pessoas que trabalhavam em boates noturnas. Logo vim a trabalhar e viajei. Trabalhei em boates por um tempo. Um dia resolvi voltar a morar com minha mãe depois de retornar de Blumenau onde comecei a viver de aluguel. Na prostituição conheci um amigo gay e relatei a ele que tinha muita vontade de voltar a estudar. Daí entrei na EJA à noite nesse colégio da cidade terminei o ensino fundamental e depois voltei para Tubarão. E logo dei início no CEJA para fazer o ensino médio. Tive uma boa aceitação com os colegas e me tratavam bem. Não sentia que tinha preconceito na época (Bruna B, 2023).

A partícipe traz as memórias ainda da rede de amigos que construiu nesse seu transitar pelos diferentes espaços sociais LGBTQIA+, bem como as viagens que realizou nesse percurso e o quanto isso fortaleceu sua existência como travesti em sua trajetória de vida. Suas andanças nos remetem ao que afirma Berenice Bento (2017, p. 166), de que “[...] a memória não está condicionada aos espaços sociais em que o sujeito transita, mas aos espaços em que transita no momento em que essa memória é evocada”.



A partícipe Bruna A, também, descreve um pouco do que vivenciou:

Nos meus 15 anos vim a Tubarão e com o meu primo passei pela famosa (Jucasa) onde vi uma figura feminina achando que fosse uma mulher. Mas meu primo disse que era travesti. Foi aonde que vi a primeira vez uma e me encantei. Fui pra casa com aquela imagem na cabeça de um homem com corpo de mulher, seios e cabelo grandes, bunda grande, mas com órgão genital masculino. Já estudando no CEJA, foi uma coisa mais bem tranquila na minha fase de transição. Eram pessoas mais velhas um pouco, de pessoas com as mentes mais abertas, de pessoas também do meio transgêneras e tinha as pessoas que falavam por trás de nós, porque sempre tinha. Comecei a ter mais amigas travestis e numa dessa acabei indo no ramo da prostituição com 19 anos. Nessa experiência foi um flash com dinheiros gastos, violência e entre outros. Depois vi que era um pouco de ilusão. Mas era necessário porque o mercado de trabalho não está acostumado com essa trajetória de vida dos travesti (Bruna A, 2023).

A travestilidade não perpassa somente pelo desejo de pertencer ao gênero feminino, mas à necessidade de ser reconhecida numa identidade de gênero. Esta necessidade se constituirá também pelo padrão estético e normativo daquilo que os clientes exigem e reconhecem como sendo características de uma travesti profissional do sexo (T-Zanela, 2019).

A cena vivida e documentada por Bruna A evidencia a constituição estilizada do corpo sexuado, pois “[...] o corpo-sexuado fala através das roupas, dos acessórios, das cores. Se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é sua aparência de gênero” (Bento, 2017, p. 160). E, nesse caso, assemelha-se à estilização do que socialmente classificamos como mulher. Ambas reconhecem a importância da rede de amigos que se constrói no universo LGBTQIA+, e isso contribui também para a construção positiva da imagem.

Com a narrativa de Bruna A, podemos perceber que a performatividade de gênero não tem nada de natural, mas é um aprendizado constante; ela se percebe como outro(a) com aqueles que a cercam como imagens - mulheres e homens - e com suas vivências, e a partir disso se vê na possibilidade de se construir e pertencer a um determinado lugar. Ou seja, outras travestis e transexuais lhe mostram a possibilidade de viver o gênero desejado no contexto de emancipação social.

Essa construção social em relação a essa performatização do gênero descrito por Bruna A se ampara no que afirma T-Luma Nogueira de Andrade (2012, p. 104):

[...] essa identificação, que se baseia ao mesmo tempo na ideia de ser e de não ser, na afirmação e na negação, faz questão de se aproximar das representações feministas para criar uma definição de travesti, no sentido de traje e de trajetória, afirmando assim sua outra parte feminina, que é social e culturalmente construída.



Ao mesmo tempo, Bruna A destaca que percebe a experiência que vivenciou na prostituição como uma ilusão. Obviamente, há corporalidades e identidades em disputa nas esquinas, mas outras preferem seguir outros trânsitos e, assim, a escolarização e um projeto de vida a ser sonhado. Além disso, descreve que foram as amigas travestis e transexuais profissionais do sexo que lhe abriram as portas para exercer o trabalho sexual da prostituição. Considera a prática da prostituição como um lugar em que se pode vivenciar muitas experiências positivas, mas, ao mesmo tempo, considera essa uma realidade difícil e ilusória.

O trânsito que se dá na prostituição é um fenômeno da experiência de ancestral-vestilidade¹⁰, evocada na memória no movimento social de travestis e transexuais. Por isso, é fundamental relembremos as re-existências vividas no contexto das esquinas e as inserções sociais que ficaram apagadas na história, pois, como nos lembra T-Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 88), “[...] as disputas de gênero, rupturas e violências sofridas pelas mulheres transexuais e travestis estão presentes no decorrer da história brasileira, no entanto, apagadas, vozes esquecidas, poucos registros históricos e escasso reconhecimento”.

Foi através da prostituição que também se originou o movimento de travestis e transexuais. Desse modo, não podemos negar que a prostituição se constitui como uma prática e estratégia de re-existências e tem um potencial pedagógico decolonial de saberes advindos de lugares marginalizados, subalternizados e inferiorizados.

A história do movimento tem lugar de fala, como nos conta T-Jovanna Baby Cardoso da Silva (2021, p.17): “[...] “das ruas para todo o Brasil, o movimento social de travestis e transexuais, no nosso Bajubá, nasce nas ruas, nasce na prostituição, mas, o que foi feito no passado permite que hoje, nós, travestis e transexuais possamos ocupar mais a mais lugares”.

Em relação à categoria social que adotamos para pensarmos os saberes de re-existências, sobre-vivências e con-vivências construídos historicamente por travestis ou ancestralidades travestis. Como podemos visualizar nas histórias de T-Jovanna Baby, há muitos saberes envolvidos no contexto da prostituição para todas e todos que vivenciam essas experiências, desde os que as consomem aos que são consumidores.

Nessa dimensão, T-Maria Zanela (2019) situa que aprendeu, nas trocas mais íntimas, a descobrir sua sexualidade e o valor do seu corpo/corporalidade, através dos prazeres, perigos e de assumir a sexualidade como trabalho, o qual dá forma à existência travesti e à sobrevivência para uma vida precária. Principalmente por essa precariedade, ela transforma sua experiência vivida em prática de resistência, pois, o fato de saírem da rota, de mudarem de caminho faz as travestis

¹⁰ Ancestralidade travesti.

pagarem um preço muito alto; são perseguidas por parte da sociedade, são estigmatizadas como corredoras incapazes, como homens que substituíram o pênis e o tênis pelo salto alto, trocando a pista de corrida pela pista de dança ou por uma esquina qualquer. Elas não aceitaram o trajeto oficial, sonharam, inclusive, com seus próprios caminhos e com seus pódios, mas foram violentamente cooptadas para outras pistas que foram e que são oficializadas como “espaço travesti”, as pistas de dança, as pistas do teatro, as pistas do desfile, as pistas da rua, as pistas da prostituição (T- Luma Nogueira de Andrade, 2012, p. 112).

Para além do discurso vitimista que insiste em higienizar corporalidades travestis e transexuais no contexto da prostituição, há prazeres vivenciados possíveis de serem contados, como o fato de se realizar num gênero que é socialmente violentado ou re-existir, sobre-viver e con-viver para o sustento e a luta.

Como o trabalho necessita de qualificação profissional, nossa população precisa ser atendida em suas especificidades. Ainda persiste no imaginário social a relação entre prostituição e vadiagem. É salutar reconhecermos que a prostituição não é uma escolha ou algo indigno, pois, segundo as estatísticas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹¹, a maioria da população trans e travesti que exerce o trabalho sexual foi expulsa cedo de casa e da escola.

Figura 1: Ciclo das exclusões/violências transfóbicas



Fonte: BENEVIDES, Bruna, 2021, p. 39¹².

A realidade de uma travesti ou transexual é estar constantemente exposta a atos de violências cotidianas. Para essa população, que em grande maioria sobrevive como trabalhadora sexual, a vulnerabilidade às violências, opressões e desigualdades é ainda maior. Com pouca

¹¹ Trata-se de uma instituição brasileira voltada a suprir as necessidades da população de travestis e transexuais, assim como combater a transfobia e gerar pesquisas que informem a situação dessa população.

¹²Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 11 jan. 24.

escolarização, as relações de trabalho, geralmente são marcadas por processos exploratórios, exercidos às vezes nas esquinas, sem proteção às intempéries climáticas e humanas, deixando as trans à mercê constante de reprovação, escárnio e abjeção.

Precisamos alertar para os possíveis efeitos desse pânico moral e da retirada dos temas gênero e sexualidade das escolas. Tais efeitos reforçam a estigmatização e a discriminação das identidades de gênero e sexuais que escapam da norma, assim como o aumento da homofobia, da lesbofobia e da transfobia e outras formas de violências físicas ou simbólicas. Ocorre, também, um aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos. Portanto, as violências acabam por criar uma demanda potencial de jovens e adultos que não completaram o direito mínimo à escolarização. No entanto, ainda faltam dados sobre a escolaridade de nossa população trans e travesti, assim como suas intersecções em relação à classe, gênero, raça e questões intergeracionais.

Cabe-nos aqui trazer como importante que há intersecções entre a experiência vivida e a prostituição, o racismo e a transfobia e o lugar que ocupam as travestis e transexuais na história. Conforme destaca T-Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020, p. 176), “[...] a existência de travestis e/ou mulheres transexuais começava a ser anunciada em espaços específicos de cidades populosas como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, em bares, portos, praças e bordéis”. São experiências vividas de violências que remetem à marginalização, muitas vezes derivadas de visões preconceituosas relacionadas a saberes da racionalidade que inferioriza e criminaliza corporalidades e identidades não (CIS)heterossexuais brancas.

Destacamos que a prostituição, historicamente, se estrutura como um trabalho precarizado, mas que a partir dela há, ainda uma classe que se movimenta para sobre-viver e re-existir. As travestis e transexuais, no contexto da prostituição, resistem às injustiças e desigualdades e apontam outros trânsitos. Portanto, seja nos Programas de Prostituição, seja nos Programas de Pós-Graduação, precisamos romper barreiras para dialogar e decolonizar saberes ainda colonizadores sobre nossas vidas.

Em síntese, a localização de travestis e transexuais no contexto da prostituição produziu e ainda produz saberes outros. Ao mesmo tempo, as experiências das autoras-participantes demarcam consciências de luta de um grupo distinto, e algumas carregam em suas corporalidades e identidades outros trânsitos. Isso é expresso nas experiências vividas pelas autoras-participantes que não partilham da mesma cosmopercepção.

Considerações Finais

Os estudos trans, um campo de saber voltado a compreensão das corporalidade, identidades, subjetividade e experiências vividas emergem a partir da crescente visibilidade de pessoas travestis e transexuais na sociedade, bem como nossa luta por reconhecimento, afirmação e autodefinição; de uma compreensão sociocultural mais humanizadora em relação a identidade de gênero. Distanciamos dos saberes (CIS)heteronormativos hegemônicos e na construção das experiências vividas de nossa própria realidade em oposição aos padrões hegemônicos binários construídos pelas ciências sociais e humanas. Percebemos, que a prostituição faz parte da consolidação de um pertencimento enquanto pessoa que necessita sobre-viver. Ao reconhecermos tal questão, vemos o quanto a escola negligencia corpos abjetos ao impor padrões hegemônicos, que retiram de todas aquelas pessoas a sua possibilidade de pertencer àquele lugar.

Em consonância com Collins (2021, p. 16), de “[...] que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutualmente excludentes”. É por meio dessas sobreposições de relações de poder que a (trans)exclusão é praticada. Dessa forma, é negado o agenciamento político quando classificam como seres inferiores em termos de raça, gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, reconhecer-se como travesti é se inserir em um contexto no qual a pessoa se torna uma sujeita, muitas vezes, não categorizável pelas epistemologias cisheteronormativas hegemônicas e dominantes, que, na maioria das vezes, invisibilizam as sujeitas, ao negá-las, silenciá-las e patologizar sua existência, marginalizando-as. Portanto, é preciso reafirmar tais identidades, o que não implica a busca absoluta por uma verdade que as assemelhem, mas por uma concepção de que o outro é diferente de nós.

Constatamos que a vulnerabilidade social, falta de escolarização e a consequente dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho formal, faz com que as pessoas trans (sobre)vivam da prostituição, colocando a população como alvo de assassinatos motivados por transfobia. Percebemos que, essa expulsão e estudantes travestis e transexuais das escolas ocorre porque são questionadas em relação à identidade de gênero, que é divergente do determinismo biológico, sendo que, esse mesmo questionamento não se aplica as mulheres cisgêneras.

Assim, vamos ressignificando nossas existências e a imagem que temos de nós como possibilidade de nos reconhecer em uma identidade de gênero. As experiências vividas por outras travestis e transexuais possibilitam a presença na sociedade, mostrando o caminho de viver o gênero desejado num processo de emancipação social ou, ainda, em busca de uma identidade de gênero



como exercício transformador de si. Reafirmamos, com este estudo, que há uma multiplicidade de ações de re-existir e de sobre-viver produzidas pelo movimento de travestis e transexuais brasileiras. Esse movimento de viver tem se constituído num desafio para muitas.

Em síntese, o que se pode analisar em relação às vozes que insurgem de pessoas trans é de que as experiências vividas são múltiplas e que há trânsito coletivos adivinhos das trajetórias individuais.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamentos e resistências à ordem normativa**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7600/1/2012-TESE-LNANDRADE.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): maio-agosto/2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>. Acesso: 11 ago. 2022.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar, - 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. tradução: Rane Souza. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos de memória**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo** [livro eletrônico]. – 1. ed.-Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. 23ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem a margem: corpos que escapam às normas de raça e gênero**. Salvador: Devires, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte:

Letramento, 2017.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil. Piauí: Picos, 2021.

ZANELA, Maria. Travestis em contexto de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Florianópolis, 2019.

Samira de Moraes Maia Vigano

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4508924876401721>

Instituição: UDESC/FAED

E-mail: samirammvigano@gmail.com

Gabriela da Silva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3414833882479547>

Instituição: UFSC

E-mail: geduca@hotmail.com

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8076122422477570>

Instituição: UFSC

E-mail: herminialaffin@gmail.com